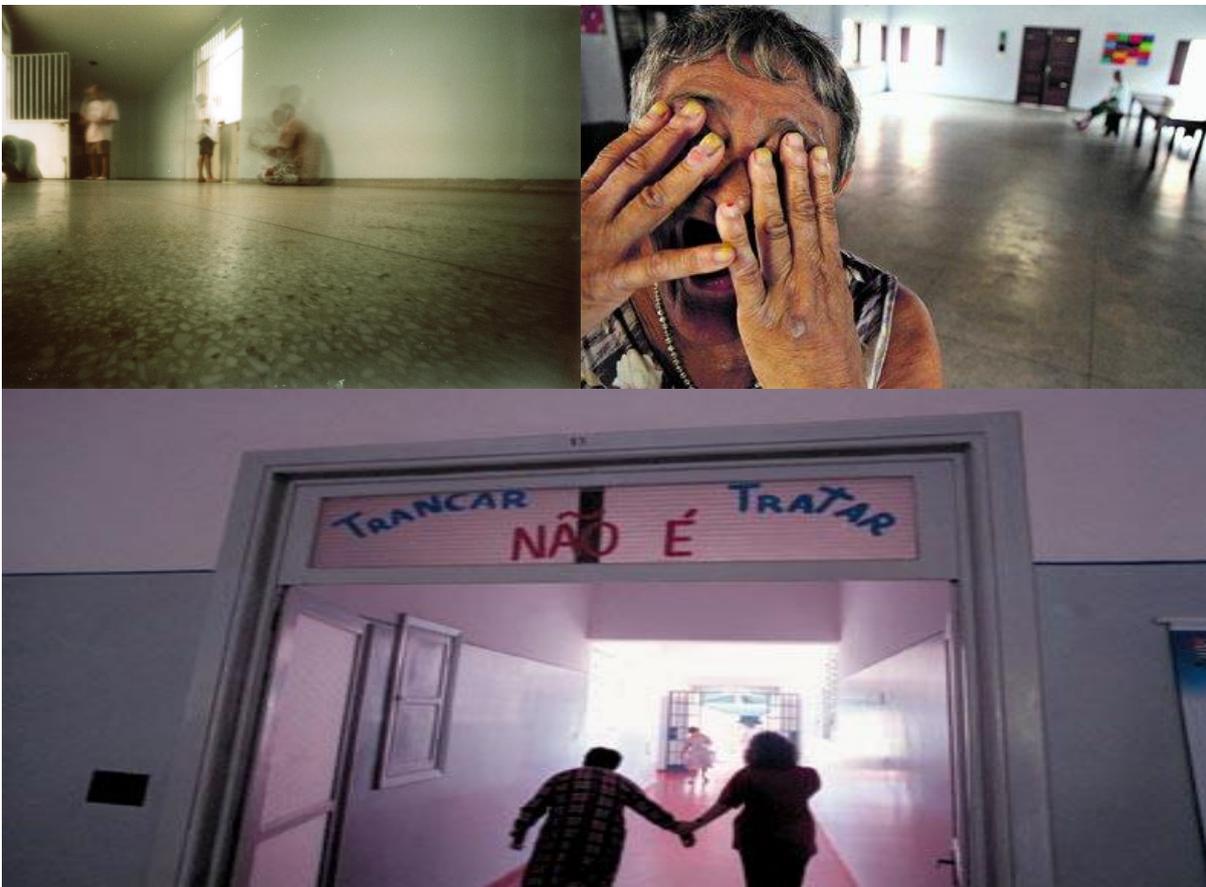




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROJETO COMEÇAR DE NOVO

III ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL

RELATÓRIO



“A loucura, objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente”.

Machado de Assis
O Alienista

B ELÉM-PARÁ
ANO 2013

O II Encontro Estadual de Execução Penal do Pará: A Execução da Medida de Segurança na Perspectiva da Inclusão Social foi realizado nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2013, nas dependências dos Fóruns Cível e Criminal do TJEPA, com objetivo de: promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará, a fim de criar uma rede de intercâmbio, atendimento e prestação de serviços que favoreçam a promoção da cidadania, a desinternação e a reintegração social daqueles que se encontram internados por medida de segurança.

O referido Encontro foi idealizado pela professora de psicologia e doutoranda da PUC/SP **Alyne Alvarez**, organizado e coordenado pelo **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará-GMF do Projeto Começar de Novo**, criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 96/2009-CNJ), através da portaria nº 2702/2009-GP, o qual tem como um de seus objetivos: promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

Durante o evento, foi registrada a participação de 208 inscritos, entre representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuam com a pessoa em situação manicomial, internada ou não, e na execução penal no Estado do Pará, sendo estes: Juízes, Técnicos e Estagiários do TJPA das Comarcas de Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Paragominas, Castanhal, Santarém, Igarapé-Miri, Capanema, Marabá, Marapanim, Redenção e Mocajuba; Promotores de Justiça e estagiários do MP; Defensores Públicos; Advogados representantes da OAB; Conselho da Comunidade; Diretores das Casas Penais, Técnicos e estagiários da Susipe; Diretores da Fábrica Esperança; representantes da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Estadual de Educação; Representante das Instituições da Prefeitura municipal de Belém; Universidade da Amazônia; Centro de Estudos Superior do Pará; Pastoral Carcerária; Escola de Teatro da UFFPA; e Fundação Curro Velho.

Para contribuir com os debates dos temas pautados, contamos com a contribuição de vários convidados que participaram como palestrantes: entre os quais destacamos: Dr. Haroldo Caetano, Promotor

de Justiça do MP/GO; Tânia Kolker, Ministério da Saúde; Cristina Vicentin, PUC/SP.

A organização da programação se deu a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Pactuar com os parceiros a co-responsabilização na formulação/monitoramento de um Programa de Atenção Integral às pessoas em medida de segurança do Estado no sentido de garantir acesso aos direitos fundamentais e sociais;
- Aprofundar o diálogo com os magistrados acerca da excepcionalidade da medida de segurança em meio fechado e das alternativas de tratamento e cuidado em saúde mental;
- Conhecer boas práticas no campo da execução da medida de segurança no Brasil e no exterior;
- Referendar a comissão permanente para elaboração do Plano Interinstitucional de Política de Atenção Integral ao Portador de Sofrimento Mental e Medida de Segurança no Estado do Pará;
- Estabelecer as diretrizes que subsidiarão a elaboração do Plano Interinstitucional de Política de Atenção Integral ao Portador de Sofrimento Mental e Medida de Segurança no Estado do Pará.

Quanto à metodologia dos trabalhos, o Encontro teve caráter informativo, avaliativo e propositivo e foi desenvolvido através de palestras, discussões em plenário, relato de experiências de cumpridores de medida de segurança e grupos de trabalho sem temática previamente definida mas focados na proposta do encontro.

Todos os participantes tiveram igual direito à voz e à apresentação de propostas nos grupos e plenárias. Houve o comprometimento de todos os participantes em divulgar e encaminhar, no âmbito de suas respectivas instituições, as proposições elaboradas pelo referido evento.

SÍNTESE DAS PROPOSTAS DOS GTS DO "III ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL"

- ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS INTERNOS QUE FIZERAM DENÚNCIAS DURANTE O ENCONTRO PARA QUE NÃO SOFRAM RETALIAÇÕES;
- COMUNICAR FORMALMENTE AO CONSELHO ESTADUAL A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE REORIENTAÇÃO DO HCTP;
- FORMAR UMA EQUIPE PARA CONSTRUÇÃO DE UM PLANO EMERGENCIAL PARA O HCTP, QUE BUSQUE RESOLVER PROBLEMAS URGENTES DO HOSPITAL, COMO, POR EXEMPLO, A DESATIVAÇÃO DA CELA DE MEDIDA DISCIPLINAR CASO ELA SEJA ENCONTRADA, E O REESTABELECIMENTO DAS VISITAS ÍNTIMAS;
- IMEDIATA CONTRATAÇÃO DE UM PSIQUIATRA PARA O HCTP;
- NOTIFICAÇÃO A CADA DOIS MESES POR PARTE DO HCTP DA SITUAÇÃO DOS PRESOS AO JUIZ RESPONSÁVEL, A FIM DE QUE A CONDIÇÃO DESSES INTERNOS POSSA SER SISTEMATICAMENTE REAVALIADA;
- ESTUDAR OS PROGRAMAS PAILI E PAIPJ E AS PORTARIAS QUE SERÃO LANÇADAS;
- CONSTRUÇÃO DE UMA PACTUAÇÃO DE GESTÃO ENTRE JUDICIÁRIO E EXECUTIVO, REALIZADA A PARTIR DE UM ENCONTRO ORGANIZADO COM UMA PAUTA ESPECÍFICA E DIRECIONADO AOS ATORES INSTITUCIONAIS QUE DEVEM SER ENVOLVIDOS. NESSE ENCONTRO DEVEM SER PACTUADAS AS RESPONSABILIDADES DE CADA ATOR INSTITUCIONAL;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO COM CONTRATAÇÃO DE UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR;

- SUGESTÃO DE QUE O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL CHAMA-SE ASSAI (AÇÃO DE ASSISTÊNCIA INTEGRADA);
- UNIFICAÇÃO DAS AÇÕES DO JUDICIÁRIO NO TRABALHO COM AS PESSOAS EM MEDIDA DE SEGURANÇA ATRAVÉS DA ESPECIALIZAÇÃO DE UMA VARA, NA QUAL DEVE SE VINCULAR O PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL;
- CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE VÃO INTEGRAR O PROGRAMA;
- REALIZAÇÃO DE UM LEVANTAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS A FIM DE CAPTAR RECURSOS JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA CUSTEAR BOLSAS PARA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO DE ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS E OUTRAS ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS;
- FORTALECIMENTO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EJA EM PARCERIA COM A SUSIPE/SEDUC COM RECURSOS ADEQUADOS PARA A EXECUÇÃO DE UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA ESPECÍFICA PARA O HCTP;
- CURSOS PROFISSIONALIZANTES PARA OS INTERNOS DO HCTP, E AUMENTO DA OFERTA DAS OFICINAS LIVRES DE ARTE E EDUCAÇÃO;
- PARCERIA COM EMPRESAS PARA INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO COM INCENTIVOS FISCAIS PARA EMPRESAS EMPREGADORAS;
- DESENVOLVER CAMPANHAS ESTADUAIS DE SUPERAÇÃO DO ESTIGMA E LUGAR DE MENOR VALOR DAS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS;
- FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL;
- ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL;

- CAPACITAÇÃO E VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES DE SAÚDE MENTAL;
- NOTIFICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE FATO E DE DIREITOS DAS RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS;
- CRIAÇÃO DO PLANO DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE DOS PRESO COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL E MONITORAMENTO DO TRATAMENTO DO PACIENTE JUDICIÁRIO;
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO AO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS NOS ÂMBITOS DA SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SISTEMA PENITENCIÁRIO E JUSTIÇA.

A) SÍNTESE DOS PROBLEMAS:

- 1)** Não há, na prática, uma política de prevenção e tratamento da saúde mental no Estado, que resultaria na prevenção de crimes e evitaria o internamento. No interior do Estado, a situação é mais grave.
- 2)** A ausência de uma política pública e de uma estrutura de saúde e de assistência articulada sobrecarrega o Judiciário e restringe a ação dos técnicos e profissionais de saúde que atuam na área.
- 3)** A ausência dessa política contribui para a permanência da instituição asilar HCT, para a prática do internamento e para o aumento da população em medida de segurança.
- 4)** A situação atual da rede de saúde mental do Estado é precária, o que dificulta o trabalho das equipes. Falta profissionais, capacitação, estrutura física, medicamentos.
- 5)** A rede de assistência primária à saúde é deficitária e inibe a prevenção do surto e do crime.
- 6)** A ausência de médico psiquiatra no HCT é fato que reflete, diretamente, na permanência dos internos em medida de segurança, dificultando a desinternação e a desinstitucionalização.
- 7)** A ausência de um procedimento de triagem entre as pessoas submetidas à internação, dificulta o processo de desinstitucionalização.
- 8)** A ausência de psiquiatra no HCT faz com que a produção dos laudos se concentre no Centro de Perícias Renato Chaves. O perito, porém, pouco contato tem com o paciente e, na grande maioria dos casos,

opina pela permanência daquele em medida de segurança, em que pese os pareceres favoráveis da equipe à desinternação.

9) Nas comarcas do interior, os juízes não contam com o apoio de equipes de técnicos em saúde para avaliar os casos de inimputabilidade por doença mental. Há carência das equipes de atendimento social para dar suporte às decisões judiciais.

10) Os problemas que afetam a área da saúde, as dificuldades quanto a ausência de estrutura, de políticas, dificultam a efetivação da luta antimanicomial.

11) A rede de assistência em saúde mental está desarticulada.

PROPOSTAS DE SOLUÇÕES AOS PROBLEMAS IDENTIFICADOS
DURANTE O ENCONTRO
(em 11/10/13):

- 1) A Comissão deliberou pela desinternação imediata dos dez pacientes do HCTP que participaram do evento. Como medidas, foram propostas: a inclusão destes no mutirão do TJ-Pa; o imediato encaminhamento ao atendimento pela rede psicossocial; a equipe de técnicos do TJE deverá elaborar um projeto terapêutico para cada um deles, independentemente de perícia e de exame de cessação de periculosidade.

- 2) Quanto à perícia, as pessoas que conhecem a realidade de cada interno, que os atendem diariamente, como a equipe de técnicos, são as capacitadas para emitir pareceres sobre a desinternação. Deverá ser designada, pela Comissão, a constituição de uma equipe mínima, responsável pela transição desses casos.

- 3) A equipe mínima não seria formada pelos técnicos do manicômio. Os técnicos do HCTP atuariam no sentido de trazer subsídios à equipe mínima, que por sua vez, fará a articulação com a rede, com o juiz e com a família de cada interno. A proposta é que a equipe mínima seja constituída pelos técnicos da equipe multidisciplinar do TJE, que hoje atua na Vara de Execução Penal.

- 4) Foi proposta a designação de um psiquiatra forense do CPC-Renato Chaves para cumprir carga horária dentro do HCTP, com o escopo de dar celeridade aos exames e às prováveis desinternações, e rever a situação dos internos provisórios que aguardam por perícia. A permanência do psiquiatra seria transitória, para acompanhar o processo de transição. Tal proposta não foi acolhida pela maioria dos presentes, pois o objetivo é o fechamento daquela instituição. Os três peritos psiquiatras que hoje atendem a demanda de exames do Estado trabalham com uma perspectiva da Psiquiatria

extremamente conservadora e apenas reafirmam o que já foi dito sobre o paciente. Deslocar a psiquiatria forense do IML para o HCTP só reforçaria o esquema que lá funciona. Foi acatada a proposta da constituição de uma equipe multidisciplinar, para acabar com a concentração do poder psiquiátrico e proporcionar uma multiplicidade de olhares sobre cada uma das pessoas que cumprem medida de segurança.

- 5) A Comissão deverá cobrar maior empenho da Defensoria Pública do Estado no sentido de pleitear a liberdade provisória dos internos provisórios que aguardam no HCTP, a realização de perícia. Se houver necessidade de prisão, que aguardem na casa penitenciária.
- 6) Em que pese as deficiências da rede de assistência psicossocial, os internos não mais deverão esperar pela estruturação da rede para serem desinternados. A preocupação com o atendimento no pós desinternação é real, mas não justifica a permanência da internação. Esse acompanhamento pode acontecer no local de residência do sujeito.
- 7) Quanto à ausência de representante da SESPA no evento, deverá ser produzido um relatório sobre a problemática e as soluções discutidas no Encontro, para posterior encaminhamento de documento aquele órgão. Propôs-se a realização de uma reunião com os gestores de saúde.
- 8) Foi proposta a unificação da vara judicial de execução das medidas de segurança, por se tratar de casos complexos, que exigem atuação permanente do operador jurídico. O juiz e o promotor são atores políticos e precisam estabelecer contato com a rede de assistência psicossocial, para o acompanhamento dos casos.

- 9) Propõe-se a utilização da arte como recurso para intervir nos espaços onde há violência, principalmente com o usuário do sistema de saúde.
- 10) Impõe-se a constituição de um fórum permanente, com a finalidade de quebrar resistências com a força do coletivo e ajudar na visibilidade política do movimento de desinstitucionalização.
- 11) A Comissão deverá buscar pela articulação com universidades, visando à formação de estágios e o fomento à pesquisa e extensão, com vistas ao projeto terapêutico.
- 12) A juíza de Direito, Dra. Emília Medeiros, presente ao evento, comprometeu-se com a análise dos casos dos internos que participaram do Encontro, prometendo dar celeridade aos processos.

ANEXOS

**PROGRAMAÇÃO DO III ENCONTRO ESTADUAL DE
EXECUÇÃO PENAL: "A EXECUÇÃO DA MEDIDA DE
SEGURANÇA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO SOCIAL"**

DATA	HOR A	ATIVIDADES
09/10/2013	17:00 18:00 19:00 19: 30	<p>Credenciamento e Coffe Break</p> <p>Mesa de Abertura</p> <p>Lançamento do CD do Coral Dó Ré Mí Faz Melhor</p> <p>Palestra de Abertura: Cenário Nacional da Política Antimanicomial para a execução da medida de segurança</p> <p>Expositora: Dr^a Flávia Cristina Silveira Lemos (Professora de Psicologia Social/UFPa)</p> <p>Coordenador da Mesa: Dr. Claudio Henrique L. Rendeiro – Titular da 1^a Vara de Execuções Penais da RMB, Coordenador Estadual do GMF/Projeto Começar de Novo.</p>
10/10/2013	8:00 10:00 10:30 12:30 14: 30	<p>2^a Mesa-Redonda: A Medida de Segurança: Situação Atual e Perspectivas no estado do Pará.</p> <p>Expositores: Dra. Eliana Vasconcelos (Defensora Pública do Pará); Luiz Romano da M. Araújo Neto (Psicólogo do SEFIS/TJE/PA e Mestrando/UFPa); Alyne Alvarez (Professora de Psicologia e Doutoranda/PUC-SP); Marilda Couto (Coordenadora Estadual de Saúde Mental)</p> <p>Coordenador da Mesa:</p> <p>Lanche</p> <p>Grupos de Trabalho: Identificando os problemas nos âmbitos da saúde, assistência social; sistema penitenciário e justiça.</p> <p>Intervalo p/ Almoço</p> <p>3^a Mesa-Redonda: A Lei da Reforma Psiquiátrica e a ruptura com o paradigma da clausura para o cuidado em saúde mental: experiências de desinstitucionalização em outros Estados brasileiros.</p>

	16:00 16:30 18:00	Expositores: Dr. Haroldo Caetano (Promotor de Justiça do MP/GO), Tania Kolker (Ministério da Saúde), Railander Quintão (Ministério da Saúde) e Cristina Vicentin (PUC-SP; Ginter) Coordenador da mesa: Lanche Grupos de Trabalho: Propondo soluções aos problemas identificados. Leitura de cartas dos internos do HCTP Exposição "Restos Manicomiais" com participação dos internos do HCTP
11/10/2013	8:00 10:00 10:30 12:30 13:00	Oficina: Mobilizando os atores da rede local para viabilizar projeto de desinstitucionalização no Pará. Expositora: Dra. Fernanda Otoni (TJMG; coordenadora do PAI-PJ) Lanche Exposição das propostas construídas pelos Grupos de Trabalho Mediadores: Fernanda Otoni, Dr. Haroldo Caetano, Tania Kolker Apresentação da Comissão Permanente de Trabalho para a construção de Programa de Atenção Integral ao paciente judiciário no Pará. Encerramento Programação Cultural



Mesa de Abertura do III Encontro Estadual de Execução Penal-Fórum Cível



Reunião Plenária no 1º dia do Encontro de Execução- Fórum Civil



Dr. Claudio Rendeiro
idealizador do projeto de
gravação do Cd das
internas/CRF



Lançamento do Cd do Coral Dó, Ré, Mi Faz
Melhor na Abertura do III Encontro de